

PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

Comissão do Desenvolvimento Regional

2008/2224(INI)

13.2.2009

PARECER

da Comissão do Desenvolvimento Regional

dirigido à Comissão da Cultura e da Educação

sobre um diálogo activo com os cidadãos da Europa
(2008/2224(INI))

Relator de parecer: Emmanouil Angelakas

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão do Desenvolvimento Regional insta a Comissão da Cultura e da Educação, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Considera que as regiões são os centros mais apropriados para a promoção do ideal europeu e que as autoridades locais e regionais são as entidades competentes para a promoção do diálogo com os cidadãos dado que acompanham o seu quotidiano no local; assim, manifesta a sua satisfação face ao desenvolvimento de acções para descentralizar a política de comunicação da UE;
2. Deseja que as autoridades locais cumpram melhor as suas obrigações em matéria de informação sobre as ajudas recebidas da União Europeia; salienta que o voluntarismo dos eleitos locais e regionais é essencial para desenvolver a informação e a formação e, neste contexto, congratula-se com a criação dum programa “Erasmus” para os eleitos locais e regionais;
3. Salienta que a política de coesão da UE é um pilar da integração europeia e da solidariedade social; considera, portanto, que o trabalho efectuado e os efeitos concretos da política comunitária no seu quotidiano devem ser apresentados aos cidadãos, destacando a contribuição da UE e as vantagens decorrentes do projecto europeu comum;
4. Salienta que a participação dos parceiros na preparação e execução dos programas operacionais, nos termos do artigo 11.º do Regulamento Geral sobre os Fundos Estruturais 2007-2013, contribui significativamente para a promoção da política de coesão da UE e para sua aproximação dos cidadãos; salienta que esses parceiros têm uma oportunidade única para verem em primeira mão quais são as verdadeiras questões de preocupação central para os cidadãos; exorta, por conseguinte, a Comissão a assegurar que o princípio da parceria é correctamente aplicado a nível nacional, regional e local; destaca a importância para autoridades nacionais e regionais de fazer uso das possibilidades financeiras existentes facultadas pelo FSE, a fim de melhorar as competências destes parceiros, especialmente no que diz respeito à formação
5. Apoiar os esforços do Comité das Regiões para reforçar as consultas a nível regional e incluir as redes regionais e as autoridades locais e regionais nesse processo para incentivar um debate o mais próximo possível dos cidadãos, de modo a conhecer as suas opiniões e interesses;
6. Propõe a criação de um sistema permanente de comunicação interactiva entre as instituições europeias e os cidadãos que permita à UE realizar frequentes campanhas de carácter local e regional, com o apoio dos meios de comunicação social locais e a participação activa da sociedade dos cidadãos, das ONG, das câmaras de comércio e das organizações sindicais e profissionais;
7. Assinala, no quadro das próximas eleições europeias, a necessidade de informar, a nível local e regional, os cidadãos, em particular os jovens e os eleitores que irão votar pela primeira vez; a um nível mais geral, salienta a importância do envolvimento dos

deputados europeus, em colaboração com os eleitos locais e regionais, no processo de consulta dos cidadãos das suas regiões, dado que estes são a sua voz na UE;

8. Salaria a importância e o valor do processo de consulta como instrumento eficaz para envolver os cidadãos e lhes permitir contribuir directamente para o processo político a nível da União Europeia; convida a Comissão a tomar novas medidas destinadas a divulgar informação em tempo útil sobre as futuras consultas da UE através dos meios de comunicação e outras instâncias adequadas a nível nacional, regional e local;
9. Deseja que, paralelamente às campanhas dos partidos políticos, os deputados do PE sejam estreitamente associados no terreno à campanha institucional da UE;
10. Salaria a importância particular da criação de fortes elos de comunicação com conteúdo específico, tanto entre a UE e as regiões com características particulares, como entre a UE e grupos sociais particulares;
11. Faz notar que um Ano Europeu do Voluntariado seria uma oportunidade ideal para um contacto entre as instituições da UE e os cidadãos; salienta que na UE há mais de 100 milhões de voluntários; convida a Comissão a fazer todos os preparativos para designar 2011 como Ano Europeu do Voluntariado, apresentando o mais depressa possível uma proposta legislativa adequada para este fim;
12. Constata o papel significativo desempenhado pelos Fundos Estruturais na promoção da cooperação transfronteiriça através de programas e projectos comunitários; realça que isto estimulou o desenvolvimento da cidadania activa e da democracia participativa nas regiões fronteiriças; convida a Comissão a continuar a apoiar e trabalhar em parceria com os projectos e programas deste tipo;
13. Aprova a ideia de criação de uma Universidade Aberta Europeia (UAE), desde que esteja estreitamente ligada às regiões dos Estados-Membros, para permitir que todos os cidadãos que o desejem e, em particular, os jovens se formem, informem, comuniquem, interajam e mantenham relações entre diversas regiões;
14. Salaria que os intergrupos do PE desempenham plenamente o seu papel de “mediadores dos cidadãos”, um verdadeiro instrumento de ligação entre o mundo político e a sociedade civil.

RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO

Data de aprovação	12.2.2009
Resultado da votação final	+ : 40 - : 0 0 : 4
Deputados presentes no momento da votação final	Emmanouil Angelakas, Stavros Arnautakis, Elspeth Attwooll, Rolf Berend, Victor Boștinaru, Wolfgang Bulfon, Giorgio Carollo, Bairbre de Brún, Gerardo Galeote, Iratxe García Pérez, Monica Giuntini, Ambroise Guellec, Pedro Guerreiro, Gábor Harangozó, Mieczysław Edmund Janowski, Gisela Kallenbach, Evgeni Kirilov, Miloš Koterec, Constanze Angela Krehl, Florencio Luque Aguilar, Jamila Madeira, Iosif Matula, Miroslav Mikolášik, Jan Olbrycht, Maria Petre, Markus Pieper, Giovanni Robusti, Wojciech Roszkowski, Bernard Soulage, Catherine Stihler, Margie Sudre, Lambert van Nistelrooij, Oldřich Vlasák
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Emanuel Jardim Fernandes, Stanisław Jałowiecki, Zita Pleštinská, Samuli Pohjamo, Christa Prets, Flaviu Călin Rus, Richard Seeber, László Surján, Iuliu Winkler
Suplente(s) (nº 2 do art. 178º) presente(s) no momento da votação final	Sepp Kusstatscher, Toine Manders